

V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica  
23 a 25 de julho de 2017

Grupo de Trabalho: HISTÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL  
**O ensino de Sociologia na educação básica: história, lutas e conquistas**

**Carolina Modena da Silva**

Mestre em Educação pela UFSCar/Sorocaba

**Juliana Marques de Carvalho**

Mestre em Comunicação – Comunicação Midiática pela Unesp/Bauru

Professora de Sociologia SEE-SP

## **1. Introdução**

A história do ensino de Sociologia na educação básica, no Brasil, foi marcada por momentos de ausência, presença e facultatividade. Conhecê-la se torna importante pois possibilita compreender as lutas e as disputas que diferentes atores sociais empreenderam ao longo dos séculos XIX a XXI para a inclusão e/ou manutenção da disciplina de Sociologia no currículo escolar. Com seu retorno à escola brasileira a partir da Lei n. 11.684/08, pesquisas sobre a temática, que eram esporádicas e dispersas até a década de 1990, realizadas em diferentes universidades e programas de Pós-Graduação, foram crescendo e permitiram a consolidação de um campo de pesquisa.

Neste trabalho a compreensão da história do ensino de Sociologia no Brasil está demarcada entre os séculos XIX a XXI, partindo do momento em que a disciplina passou a fazer parte do currículo da educação básica. Seu processo de consolidação perpassa a compreensão dos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais da realidade brasileira.

As apreciações realizadas por artigos e outros trabalhos acadêmicos sobre a história do ensino de Sociologia na escola se mostram contraditórias, tornando esse debate fonte de conflitos e diferentes compreensões, já que essa área se debruça sobre documentos históricos, legislação oficial e da educação, livros didáticos, análises de dissertações e teses, artigos publicados em anais de eventos acadêmicos e em revistas científicas, além de entrevistas e matérias de jornais. Uma das principais contradições se refere aos contextos políticos em que o ensino da Sociologia esteve ausente na educação básica.

Partindo da análise da legislação da Educação dos últimos três séculos é possível perceber que em momentos políticos democráticos, a Sociologia também esteve ausente do ensino secundário (hoje Ensino Médio). Cabe refletir sobre esse panorama e compreender de que forma o ensino dessa disciplina na escola interfere e altera a dinâmica política, social e educacional brasileira, sem perder de vista, no entanto, que a lei, principalmente a legislação educacional, pode ser alterada conforme mudam os interesses.

## 2. A trajetória da Sociologia na educação básica

A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil ocorreu, primeiramente, via ensino secundário. Rui Barbosa (1849-1923), então deputado em 1882, propôs ainda no Império a disciplina de Sociologia em seu projeto de reestruturação do ensino. Em 1891 no início da era republicana, o então ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant (1836-1891), através da Reforma intitulada “Benjamin Constant” criou o “Plano Nacional para a Educação”, que continha a obrigatoriedade do ensino da Sociologia na educação básica, contudo, esta reforma não vingou devido a desentendimentos entre o autor e o marechal presidente (MORAES, 2011).

No começo do século XX com a Reforma Epitáfio Pessoa, em 1901, a Sociologia se manteve ausente do ensino básico. Em 1925, a partir da Reforma Rocha Vaz, o ensino da disciplina se tornou parte do currículo. A reforma Francisco Campos em 1931 organizou o ensino secundário em um Ciclo Fundamental, com cinco anos de duração e voltado para uma formação mais geral e um Ciclo Complementar, com dois anos de formação, direcionado para o ensino propedêutico, e também assegurava a Sociologia na educação básica.

A Reforma Capanema de 1945 promoveu outra alteração no ensino secundário, com um Ciclo Ginásial de quatro anos, mais o Clássico ou Científico com duração de três anos e retirou a obrigatoriedade do ensino de Sociologia, para Sarandy (2011, p. 9): “(...) a Reforma Capanema retira a obrigatoriedade do ensino da sociologia da escola secundária e entre esse ano e 1960 a disciplina vai sendo alijada pouco a pouco do ensino secundário (...)”. De acordo com Moraes (2011), não fica evidente o motivo da retirada da Sociologia a partir dessa reforma:

A questão aqui ainda não foi suficientemente pesquisada e aprofundada. Pela leitura do Decreto n. 4.244/1942, não fica clara a orientação político-ideológica da Reforma e somente a partir de certas observações – por exemplo, de Costa Pinto (1949) – fica-se com a impressão de que o caráter da exclusão da Sociologia do currículo secundário atendia a razões ideológicas. Mas é de se questionar se, de ambos os lados – os que são contra e os que são a favor da presença da Sociologia –, não há mesmo certo *parti-pris* ideológico ou no mínimo preconceitos recíprocos. Pode-se, no entanto, aventar uma hipótese de interpretação bastante diversa e que daria

conta também de explicar a exclusão da Sociologia do currículo do colegial, quer clássico, quer científico. A esta altura, 1942, as Ciências Sociais, em geral, e a Sociologia, em particular, ainda não tinham ganhado legitimidade para figurar como uma ciência e não se assumiam como uma possível alternativa a isso – Literatura –, de modo que não cumpriam, de certa forma, os quesitos necessários para se enquadrarem no currículo do clássico ou do científico (MORAES, 2011, p. 364).

Nas décadas de 1920 a 1950 inúmeros intelectuais, entre eles Florestan Fernandes (1920-1995), Antônio Cândido (1918-2017) e Fernando de Azevedo (1894-1974) defenderam o ensino de Sociologia no secundário para que este auxiliasse o país a entrar no rol da modernidade. Nesse momento, o conhecimento científico era visto como essencial para a consolidação das ideias e visões do mundo moderno, entre elas, a industrialização e a urbanização. No começo do século XX o ensino de Sociologia era considerado fundamental para o desenvolvimento do país, já que:

(...) articulou-se no período, educação, ciência e democracia de modo singular; visão que se aliava ao impulso modernista, que encontrava na formação enciclopédica das elites uma das causas da crise da República Velha (...) (SARANDY, 2011, p. 15).

Havia um grande interesse dos intelectuais desse período em pesquisas e discussões sobre a relação entre as Ciências Sociais e a Educação, segundo Jinkings (2005, p. 11): "(...) foi entre os anos 1930 e 1960 que o tema apareceu de modo mais frequente em artigos publicados em revistas especializadas das ciências sociais ou da educação".

No I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em 1954, o ensino de Sociologia foi uma temática do evento e Florestan Fernandes realizou uma fala intitulada: *O ensino da sociologia na escola secundária brasileira* na qual afirmou que o debate sobre se a Sociologia deveria ou não ser ensinada no então ensino secundário, era de fundamental importância para os sociólogos brasileiros naquele momento, pois abriria oportunidades de trabalhos legítimas para os recém-formados, e maior prestígio das áreas de ensino e pesquisa dentro das universidades que formariam esses profissionais, segundo Fernandes (1977, p. 106):

Os estudos que foram feitos pelos especialistas sobre essa questão demonstram que, para os sociólogos, o ensino da sociologia no curso secundário representa a forma mais

construtiva de divulgação dos conhecimentos sociológicos e um meio ideal, por excelência, para atingir as funções que a ciência precisa desempenhar na educação dos jovens na vida moderna. A difusão dos conhecimentos sociológicos poderá ter importância para o ulterior desenvolvimento da sociologia.

Além disso, para este autor era necessário refletir sobre o ensino de Sociologia a partir da própria compreensão sociológica (FERNANDES, 1977).

Antônio Cândido também realizou uma fala nesse mesmo congresso intitulada: *O papel do estudo sociológico da escola na sociologia educacional*, no qual discute a importância da análise sociológica para compreensão da educação, em especial do ambiente escolar, e da consolidação do campo de pesquisa na área de Sociologia da Educação no país. Para o autor havia uma ruptura entre a Sociologia e a Educação, sendo esse campo, colocado à margem dentro das análises realizadas pela Sociologia:

(...) é significativo do divórcio entre sociólogos e educadores nesse terreno; aqueles não se interessando pelo desenvolvimento de uma disciplina intermediária, cuja necessidade se fazia sentir, não contribuíram para sua fundamentação sistemática; estes entregues aos próprios recursos, construíram-na, não como seria desejável, mas como foi possível. Compreendemos, assim, que, na sua generalidade, ela tenha quase sempre permanecido, mais que intermediária, marginal (CÂNDIDO, 1954, p. 120).

Para Cândido era fundamental que a Sociologia conseguisse desenvolver suas análises da escola, sem torná-las compreensões de outras áreas do conhecimento, como a Pedagogia ou a Psicologia, e sim com o auxílio dessas.

Na década de 1960, com a Lei n. 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aprovada em 20 de dezembro de 1961, foi assegurado o ensino secundário composto pelo Ginásio com duração de quatro anos, e o Colegial com duração de três anos, a Sociologia deixou de fazer parte do currículo da educação básica. Em 1971, durante o Governo Militar foi promulgado um Decreto-Lei n. 5.692/71, no dia 11 de agosto, que dividiu a educação básica em dois ciclos, o 1º Grau que era composto do antigo primário mais o antigo secundário, num total de oito anos de formação e o 2º Grau com duração de três anos, sem, contudo, garantir novamente a presença do ensino de Sociologia na escola. Segundo Jinkings (2005, p. 13):

As reformas educacionais implementadas pelos governos militares, após 1964, estimularam o controle privado da escola pública e estabeleceram a profissionalização compulsória e universal, induzindo a transformação do Ensino Médio, em ensino profissionalizante, com a finalidade de formar força de trabalho técnica no período denominado de “milagre brasileiro”. Ao mesmo tempo permitiram uma maior dissociação entre licenciatura e bacharelado nas universidades, empobrecendo a formação de professores para o ensino básico. Quanto ao ensino de Sociologia, a disciplina, dentre outras humanísticas, científicas ou técnico-profissionalizantes, figurava como optativa nos currículos do curso colegial.

Considerar os regimes autoritários – Estado Novo (1937-1945), e a Ditadura Militar (1964-1985) – como os agentes da retirada do ensino de Sociologia é precipitado, pois, durante períodos democráticos a disciplina não estava presente na educação básica. Segundo Moraes (2011), não há fundamento objetivo para vincular a retirada do ensino de Sociologia com o início da ditadura militar. Esta ideologização, segundo ele, serve para justificar a volta da disciplina, como se isto significasse um índice de democracia. Além disso, segundo o autor não se questiona o fato da Sociologia estar presente em 1937 e 1942, períodos ditatoriais.

Na perspectiva de Sarandy (2011, p. 11):

(...) a passagem da sociologia dos cursos normal e secundário para a academia constituiu um processo que em nossa sociedade se deu efetivamente nos dois períodos de regime autoritário que a sociedade brasileira conheceu: primeiro, durante o Estado Novo e, depois pelas mãos do golpe militar de 64 – o que deixou marcas no modo como compreendemos as ciências sociais e seu lugar no sistema de ensino, que os discursos produzidos sobre o ensino de sociologia, tanto quanto suas produções didáticas expressam de modo singular.

Com a redemocratização do país na década de 1980, o ensino de Sociologia na escola média voltou a ser discutido, sobretudo por uma grande parcela de Sociólogos e Cientistas Sociais de todo o país, principalmente em suas associações profissionais e sindicatos que travavam lutas estaduais, e que conquistaram o retorno da Sociologia em alguns estados como: Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal. Essa luta posteriormente foi unificada nacionalmente.

A partir da década de 1980, intensa campanha e lutas inicialmente dispersas, empreendidas principalmente pelas associações profissionais e sindicais de cientistas sociais,

foram travadas pela inserção da disciplina no Ensino Médio, inicialmente por uma estratégia que privilegiava as lutas localizadas nos estados federativos e, num momento mais recente, por uma campanha unificada que teve como alvo a União (SARANDY, 2011, p. 6).

Segundo Moraes (2011, p. 368) a Sociologia retornou as redes estaduais nos anos 1980, e o estado de São Paulo teve um protagonismo importante nesse período:

(...) Então, a partir de 1983, temos um fenômeno parecido com aquele ocorrido nas primeiras décadas do século XX, quando a Sociologia não era obrigatória, mas, num crescendo, passou a figurar nos currículos das escolas secundárias. Logo, o estado de São Paulo, que já tomara a dianteira nesse processo ao “recomendar” a inclusão da Sociologia no currículo de uma das séries (Resolução SEE/SP n. 236/83), amplia a legitimidade da disciplina, realizando concurso público, nomeando equipe técnica a partir do recrutamento de professores que atuavam na rede pública e editando uma primeira proposta programática para a disciplina, reconhecendo, ainda que limitadamente, a sua importância na formação dos estudantes.

Na década de 90 a aprovação da LDB/96 representou um marco importante na luta pela retomada do ensino de Sociologia na educação básica. Essa lei instituiu o Ensino Médio de três anos e como etapa obrigatória de formação, e afirmava que ao final dessa, o estudante deveria ter conhecimentos necessários para a construção da cidadania sem garantir, contudo, a presença das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo escolar, já que esses conhecimentos eram assegurados de maneira interdisciplinar.

Alguns autores e estudiosos começaram a debater a necessidade das disciplinas de Filosofia e Sociologia estarem presentes no currículo para que fosse cumprido o que determinava a LDB/96. No ano de 1997, o deputado federal Padre Roque (PT/PR) lançou o projeto de Lei n. 3.178/97 que as incluiu como obrigatórias, alterando assim a referida lei.

A partir de 1998 o governo federal começou a investir no Ensino Médio. A demanda por mais escolarização da população, fez com que os técnicos do MEC criassem os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (PCNEM), esses eram orientações para os profissionais da educação (Diretores, Coordenadores e Professores, além das Secretarias Estaduais de

Educação) quanto aos conteúdos programáticos, que apesar da pressão para que a construção fosse realizada de forma interdisciplinar, esses foram elaborados por disciplinas. Segundo Moraes (2011, p. 371):

A definição por áreas de conhecimento representava certa dificuldade de conceber um currículo totalmente interdisciplinar, ou uma concessão às pressões da equipe que formulava os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e que tinha seus membros recrutados nas sociedades científicas, ciosas das suas especificidades e de seus espaços no currículo (Moraes; Tomazi; Guimarães, 2004), razão pela qual estes Parâmetros acabaram permanecendo disciplinares, incluindo os PCNEM de Filosofia e Sociologia (Sociologia, Antropologia e Política).

Na parte IV dos PCNEM foi abordada o conhecimento das *Ciências Humanas e suas Tecnologias* – entre eles Sociologia, Antropologia e Política. O documento começa com a seguinte pergunta “Por que ensinar Ciências Sociais?” e afirma que a Sociologia nasceu da reflexão sobre um contexto de mudanças sociais, políticas e econômicas, que estavam ocorrendo na sociedade nos séculos XVIII e XIX. Os parâmetros destacam, apenas nominalmente, os paradigmas que fundaram a Sociologia concebidos por Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), de maneira simples e superficial, adentrando poucos conceitos e principalmente a compreensão weberiana do mundo, e afirma que:

(...) a grande preocupação é promover uma reflexão em torno da permanência dessas questões até hoje, inclusive avaliando a operacionalidade dos conceitos e categorias utilizados por cada um desses autores, no que se refere à compreensão da complexidade do mundo atual (BRASIL, 1998, p. 36).

Esse documento aponta que existem dois eixos de orientação das análises sociológicas: o primeiro a relação entre indivíduo e sociedade, e sua ação social, e o segundo se refere à dinâmica social e a relação entre a manutenção da ordem e a mudança social. E assegura ainda que:

(...) a pesquisa teórica e empírica em Sociologia nos permite, por exemplo, problematizar os fenômenos sociais, no processo de ensino-aprendizagem, nos seguintes termos:

- a) De que maneira explicar a existência e a manutenção das coletividades humanas? De que modo acontece a interação entre o indivíduo e essas coletividades?
- b) Que mecanismos interferem na organização e estruturação dos quadros sociais da vida humana?



c) Como a mudança social é produzida e pode ser explicada? (BRASIL, 1998, p. 37).

Inicialmente essas perguntas são respondidas com a afirmação do papel de formação que o Ensino Médio possui a partir da LDB/96, que se refere à construção para a cidadania, pois “(...) o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social (...)” para auxiliar o estudante a entender a complexidade da realidade social. (BRASIL, 1998, p. 37)

No ano 2000, um projeto de Lei (PL n. 09/00) foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que alterava o artigo 36, parágrafo 1º, inciso III da LDB/96 e garantia a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia na grade curricular das escolas públicas de todo país. Mas o projeto foi vetado pelo sociólogo e Presidente da República Fernando Henrique Cardoso do PSDB. Segundo Moraes (2011, p. 371):

Como entender o sentido do veto nesse contexto de interpretação da intermitência da disciplina no Ensino Médio? Observando os argumentos marcadamente ideológicos presentes numa certa tradição dos debates, fica difícil admitir que o sentido seria ainda aquele de identificação da disciplina com uma perspectiva de esquerda, socialista, doutrinadora etc., em que pese tenham aparecido na imprensa muitos exemplares de críticas baseadas em tais argumentos. Mas, por um lado, estávamos em um regime reconhecidamente democrático, com governo eleito, liberdade de opinião, poderes funcionando etc., nada que justificasse se dizer que o ensino de Sociologia pudesse ameaçar os poderes constituídos a partir de uma subversão dos valores, manipulação dos jovens, entre outros. Aqui, como em relação à Reforma Capanema de 1942, parece-nos que o que orientou a exclusão da disciplina pelas DCNEM e o veto presidencial decorreu muito mais do contexto burocrático educacional.

Nesse mesmo ano o MEC lançou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Promed), cujo objetivo era apoiar as Secretarias Estaduais de Educação no processo de reorganização do ensino médio, este programa estava voltado à implantação da reforma do ensino médio nos Estados brasileiros (CONTI, 2015).

Depois de inúmeras discussões, o Parecer n. 38 do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2006, que resultou na Resolução n. 04/06, estabeleceu

a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no país, nas escolas que organizassem o currículo por disciplinas.

No dia 7 de julho de 2006 a Câmara de Educação Básica aprovou por unanimidade o *Parecer 38/2007* que alterou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, tornando a Filosofia e a Sociologia disciplina obrigatória. A *Resolução nº4, de 16 de agosto de 2006*, alterou o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, incluindo a filosofia e a sociologia como disciplinas curriculares obrigatórias (SILVA, 2007, p. 42/0).

Mas seu retorno ocorreu de fato a partir da Lei n. 11.684/08. Com a entrada da Sociologia na educação básica, se torna importante compreender qual o papel da última etapa de formação, atualmente o Ensino Médio. Essa questão sempre foi fundamental para a elaboração dos currículos das disciplinas, que são fonte histórica de disputas, pois direcionam a formação da juventude e asseguram os conteúdos considerados fundamentais para que a sociedade se desenvolva e construa um futuro ético e solidário, respeitando as diferenças e as contradições próprias das sociedades democráticas.

Em 2017 foi aprovada a Lei n. 13.415/17 que modificou a LDB/96 e a última etapa de formação básica, o ensino médio. Essa lei retirou a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nas escolas e estabeleceu que essa vai estar presente como conteúdos e práticas e diluída no currículo da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Nessa perspectiva destacamos a importância da luta pela permanência da disciplina de Sociologia na escola, como ciência que discute os conflitos presentes na sociedade brasileira, principalmente no campo social, político, econômico e educacional.

### **3. Lutas e conquistas dos professores de Sociologia**

O ensino de Sociologia na educação básica sofreu inúmeros processos de ruptura e descontinuidades ao longo dos séculos no país. Diversos fatores sociais, econômicos, políticos e educacionais foram obstáculos para a consolidação do seu ensino na escola. Contudo, quando esteve presente, a Sociologia possibilitou e cumpriu um importante papel, ao questionar a

sociedade capitalista, sua busca desenfreada pelo lucro, e também regimes políticos que não respeitavam os direitos do povo, suas reivindicações e lutas por melhores condições de vida.

Nas últimas décadas, o Brasil realizou importantes conquistas sociais, como o acesso e permanência das populações menos favorecidas nas universidades, em postos de trabalho na área pública e privada, além de uma ampliação dos direitos às mulheres, à comunidade LGBT, aos idosos, às comunidades indígenas e quilombolas. Isso foi possível graças a luta de milhares de brasileiras e brasileiros por melhores condições de vida, através de diversos movimentos sociais, partidos políticos, associações de classe, entre outros segmentos importantes, que ampliaram o leque de reivindicações e pautas, que até então eram invisibilizadas pela dinâmica da sociedade brasileira.

A volta da Sociologia na escola a partir de 2008, permitiu que os estudantes brasileiros tivessem a possibilidade de compreender essas transformações e aprender sobre as questões que estão desafiando a sociedade nesse novo milênio. Seu retorno marcou um importante momento político e educacional, pois está produzindo reflexões e debates fundamentais para a consolidação da democracia, do papel das classes populares numa sociedade miscigenada, desigual e que vinha incluindo novos atores sociais. A retirada da disciplina enfraquece essas conquistas, além de empobrecer as discussões levantadas pela Sociologia ao longo da sua história na sociedade.

Os professores de Sociologia buscam mostrar a força e a potência dessa ciência na educação básica. Não só eles, mas todos os profissionais que estão na escola, enfrentam inúmeros desafios nos locais em que lecionam, faltam materiais, investimentos e valorização da carreira. Os educadores reconhecem que ainda falta muito para que a Sociologia seja de fato uma disciplina respeitada pelos pais, demais docentes e políticos nesse país, vide sua obrigatoriedade em alguns momentos e em outros não, além disso, na proposição de reformas do ensino a primeira disciplina a ser colocada em questão, juntamente com Filosofia é a Sociologia.

#### **4. Conclusão**

A presença da disciplina de Sociologia na educação básica modificou o debate no país. Ao elaborar discussões sobre trabalho, democracia, alteridade, cultura, violência, direitos, entre muitos outros temas e temáticas, essa assegurou um lugar de destaque na construção de uma sociedade mais justa e tolerante, e contribuiu para escancarar os dilemas e conflitos presentes na sociedade brasileira ao longo de sua história. Percebemos dessa forma, que a Sociologia na escola, aborda temas que estão em pauta e são relevantes. Essa ciência vem cumprindo um papel assegurado pela LDB/96, que determina uma formação escolar voltada também para a cidadania e contribui para a reflexão dos estudantes sobre seus sonhos, valores e caminhos futuros.

Ao propor questionamentos sobre a sociedade capitalista e seus principais alicerces, essa possibilita a construção de saberes importantes e necessários para o respeito às diferenças étnicas, sociais, políticas, religiosas e de orientação sexual. A Sociologia enfrenta, inclusive na escola, com seus métodos, técnicas, referenciais teóricos e metodológicos os dilemas presentes na sociedade regida pelo capital.

No Brasil, seu ensino sempre foi intermitente e questionado. Entretanto, destaca-se que com a retomada do ensino de Sociologia na escola, foram criados grupos e linhas de pesquisas nas universidades para ampliar o debate sobre essa ciência na educação básica. Novos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais foram criados, permitindo assim, um aumento da discussão sobre a formação dos professores da disciplina, sobre o papel da disciplina de Sociologia e suas principais contribuições teóricas e epistemológicas sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista, no Brasil e no mundo.

Em tempos de discussão inconstitucional de “Escola sem Partido” é preciso reafirmar a legitimidade da Sociologia no Ensino Médio e sua relevância para a compreensão dos fenômenos sociais bem como para a leitura crítica da realidade social, política, cultural e econômica da contemporaneidade.

## 5. Referências

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23/12/1996. Seção I, p. 27833-27841.

\_\_\_\_\_. Lei no 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03/06/2008. p. 1.

\_\_\_\_\_. Conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 1998.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEB n. 3, de 26 de junho de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Câmara de Educação Básica/ Ministério da Educação, 1994. 125.

CÂNDIDO, A. **O papel do estudo sociológico da escola na sociologia educacional**. In: I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954, São Paulo. Anais... São Paulo, 1954, p. 117-130. Disponível em:

<file:///C:/Users/Familia%20W&D/Downloads/sbs1954\_10Comunica%C3%A7%C3%A3o6.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

CORTI, A. P. **À deriva**. Um estudo sobre a expansão do Ensino Médio no estado de São Paulo (1991-2003). São Paulo: USP, 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FERNANDES, F. **A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1976. 272 p. (Coleção Sociologia Brasileira, 7).

\_\_\_\_\_. **O ensino da sociologia na escola secundária brasileira**. In: I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954, São Paulo. Anais... São Paulo, 1954, p. 89 - 106. Disponível em:

<file:///C:/Users/Familia%20W&D/Downloads/sbs1954\_08Comunica%C3%A7%C3%A3o4.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

JINKINGS, N. **A Sociologia no Ensino Médio**: experiências em Santa Catarina. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2005, p. 1-26. Disponível em:

<file:///C:/Users/Familia%20W&D/Downloads/sbs2005\_gt06\_nise\_jinkings.pdf>.

Acesso em 10 de novembro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>.

Acesso em 10 de novembro de 2016.

MORAES, A. **Ensino de Sociologia**: Periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cad. Cedes. Campinas/SP. Vol. 31, n. 85, p. 359-382, Set./Dez. 2011.

SARANDY, F. **O ensino de sociologia na escola média brasileira**: as lutas políticas em torno de sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba. Anais... Curitiba, 2011, p. 1-24. Disponível em:

<file:///C:/Users/Familia%20W&D/Downloads/sbs2011\_GT09\_Flavio\_Sarandy.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

SILVA, I. F. **A Sociologia no Ensino Médio**: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. Cronos, v.8, n. 2, p. 403-427, jul/dez. 2007.